



PROJETO DE LEI Nº 78/2025.

APROVADO
em: 07.08.2025
R. [assinatura]

ALTERA OS ANEXOS I, II E III DA LEI MUNICIPAL Nº 1.031, DE 01 DE AGOSTO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PACAJUS-CE, PARA INCLUIR NOVOS CARGOS PÚBLICOS EFETIVOS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PACAJUS**, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Ficam incluídos no Anexo I da Lei Municipal nº 1.031/2022 os seguintes cargos, com seus respectivos vencimentos base:

Cargo	Vencimento Base (R\$)
Motorista de Transporte Escolar	R\$ 3.000,00
Porteiro Escolar	R\$ 1.518,00

Art. 2º. Ficam incluídos no Anexo II da Lei Municipal nº 1.031/2022 os seguintes cargos efetivos:

Cargo	Carga Horária Semanal	Nº de Vagas	Forma de Provimento
88. Motorista de Transporte Escolar	40h	30	Concurso Público
89. Porteiro Escolar	40h	50	Concurso Público

[assinatura]



Art. 3º. Ficam incluídos no Anexo III da Lei Municipal nº 1.031/2022 os seguintes cargos, com seus requisitos e atribuições:

88. MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

88.1. Requisitos: Ensino Fundamental Completo; CNH Categoria “D”; Curso especializado de transporte escolar devidamente reconhecido, nos termos da regulamentação do CONATRAN, ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos

88.2. Atribuições: Dirigir veículo escolar com atenção redobrada e zelo pela segurança dos alunos; manter veículo em boas condições de uso; zelar pelo cumprimento de itinerários e horários; comunicar irregularidades à gestão; garantir embarque e desembarque seguros; observar normas do CTB e legislação pertinente.

89. PORTEIRO ESCOLAR

89.1. Requisitos: Ensino Fundamental completo, concluído em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

89.2. Atribuições: Controlar o acesso de pessoas nas dependências escolares; registrar e liberar entrada com autorização da direção; recepcionar com cordialidade; colaborar com a segurança e organização da entrada/saída dos alunos; informar ocorrências à gestão escolar.

Art. 4º. Os cargos ora criados serão providos exclusivamente mediante concurso público, observando as normas legais e orçamentárias vigentes.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDILSON DE CARVALHO LIMA

Prefeito Municipal